

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.601.127 - AL
(2019/0306656-2)**

AGRAVANTE : ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADOR : WALTER CAMPOS DE OLIVEIRA E OUTRO(S) -
AL007724B
AGRAVADO : EDILSON DE MOURA SOUZA
AGRAVADO : CRISTIANNE OLIVEIRA FREITAS SANTOS
AGRAVADO : GILDO FELICIANO DE CASTRO
AGRAVADO : JOÃO MANUEL FERNANDES MENDES LEITE
AGRAVADO : JOSÉ DE LIMA SENA
AGRAVADO : JOSÉ ROBERTO DE MORAES
AGRAVADO : JOSIENE FERNANDES DE GOUVEIA LINS
AGRAVADO : MAGALI MABEL DE OLIVEIRA WANDERLEY
AGRAVADO : MAGDAHIL GALVÃO AGRELLI
AGRAVADO : EDNA RODRIGUES DE LIMA FREIRE
ADVOGADOS : ANTONIO PIMENTEL CAVALCANTE - AL008821
SARAH AGNES SANTOS FREITAS - AL011400
PHILLIPY RICARDO RIBEIRO DE LIRA PEREIRA -
AL009712

DECISÃO

Cuida-se de agravo interno interposto por ESTADO DE ALAGOAS contra decisão monocrática proferida pelo Min. Presidente do STJ, que não conheceu do agravo em recurso especial, sob a seguinte alegação:

(...)

Na espécie, incide o óbice das Súmulas n. 282/STF e 356/STF, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim. Dessa forma, ausente o indispensável requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: REsp n. 1.160.435/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe de 28/4/2011; AgInt no AREsp n. 1.339.926/PR, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 15/2/2019; e REsp n. 1.730.826/MG, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 12/2/2019.

(...)

No presente recurso, o agravante sustenta, inicialmente, que inaplicável a Súmula 182 do STJ, haja vista o recurso especial ter atacado especificamente os fundamentos da decisão que inadmitiu, na origem, o recurso especial (fl. 584).

Ademais, no tocante ao mérito, reafirma a violação aos arts. 240 do CPC e 405 CC.

Aduz que (fls. 585):

(...)

Aliás, o caráter controvertido da base de cálculo do adicional afasta por si só qualquer liquidez da obrigação, violando veementemente os artigos 405 do Código Civil e 240 do Código de Processo Civil, por ser de fato a citação que constitui em mora o devedor. Ademais, trata-se de valores que ensejam um cálculo para apuração de diferenças vencimentais. De fato, o Estado não estava em mora, apenas pagou de modo contrário ao entendimento firmado posteriormente pelo TJ de Alagoas, devendo tal diferença ser apurado, o que afasta de igual modo o caráter líquido da obrigação.

(...)

Conclui considerando que (fls. 585):

(...)

líquida a obrigação e fixar o termo inicial dos juros de mora na data do vencimento de cada parcela do adicional de insalubridade, violou diretamente os mencionados dispositivos.

(...)

Requer a reconsideração da decisão agravada e, após, apreciado o seu mérito, ou submissão do feito em mesa para julgamento.

Em virtude da ausência de retratação do Min. Presidente (fl. 597), o feito foi redistribuído (fl. 599).

Melhor compulsando aos autos, reconsidero a decisão agravada de fls. 578-580, tornando-a sem efeito. Assim, passo à nova análise dos autos.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por ESTADO DE ALAGOAS contra a decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, a, da Constituição Federal.

Na origem, CRISTIANE OLIVEIRA FREITAS SANTOS e OUTROS ajuizaram ação ordinária em face do ESTADO DE ALAGOAS, objetivando o recebimento do adicional de insalubridade com base no subsídio que recebem.

Após sentença que julgou procedente, em parte, a demanda, foi interposta apelação, que teve seu provimento parcialmente concedido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, restando consignado que o adicional de insalubridade deverá ser calculado nos ditames da Lei Estadual n. 7819, de 2016.

O referido acórdão foi assim ementado, *in verbis*:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO. SENTENÇA QUE CONDENA O ESTADO AO PAGAMENTO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE COM BASE NO SUBSÍDIO MÍNIMO DA CATEGORIA A QUE PERTENCEM OS AUTORES.

EXCLUSÃO DA CONDENAÇÃO RELATIVA A AUTORES QUE PERTENCEM AOS QUADROS FUNCIONAIS DA UNCISAL. ALEGAÇÃO DE JULGAMENTO EXTRAPETITA QUANTO AO PAGAMENTO DE RETROATIVOS. INOCORRÊNCIA SENTENÇA CONFORME PEDIDOS DA INICIAL APÓS A OPOSIÇÃO DE EMBARGOS. LEI ESTADUAL QUE ESTABELECEIA, COMO BASE DE CÁLCULO PARA O ADICIONAL, A RETRIBUIÇÃO PECUNIÁRIA MÍNIMA, PAGA SOB A FORMA DE SUBSÍDIO PELO PODER EXECUTIVO À CATEGORIA DO SERVIDOR. ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL MAIS ATUALIZADO DESTA CORTE QUE ADMITE A PERCEPÇÃO CUMULADA COM REMUNERAÇÃO NA FORMA DE SUBSÍDIO.

BASE DE CÁLCULO DO ADICIONAL QUE DEVE SER COMPREENDIDA COMO SENDO A RETRIBUIÇÃO PECUNIÁRIA MÍNIMA, PAGA À CATEGORIA DO SERVIDOR SOB A FORMA DE SUBSÍDIO. POSICIONAMENTO ADOTADO PELO PLENÁRIO DESTA CORTE, AO JULGAR INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA N.º 0500356-82.2015.8.02.0000. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA NÃO CONFIGURADO MANUTENÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DETERMINADA NA SENTENÇA, COM A RESSALVA DE QUE DEVERÃO SER OBSERVADAS AS DISPOSIÇÕES DA LEI ESTADUAL N.º 7.817/2016, CUJA VIGÊNCIA INICIOU-SE A PARTIR DO DIA 20 DE SETEMBRO DE 2016.

MODIFICAÇÃO PARCIAL DA SENTENÇA PARA ESTABELECIMENTO, DE OFÍCIO, DOS CONSECUTÓRIOS DA CONDENAÇÃO.

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, o ESTADO DE ALAGOAS interpôs recurso especial, apontando violação dos arts. 240 do CPC e 405 do CC.

Os dispositivos citados apresentam a seguinte redação:

Código Civil

Art. 405. Contam-se os juros de mora desde a citação inicial.

Código de Processo civil

Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Sustenta, em síntese, que o acórdão recorrido violou os dispositivos anteriormente mencionados, eis que *o caráter controvertido afasta por si só qualquer liquidez da obrigação* (fls. 522).

Assim, considera que o termo inicial da correção monetária e dos juros de mora é da citação, e não do inadimplemento.

Não foram apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido (fl. 532).

Após decisão que inadmitiu o recurso especial, com base na Súmula n. 83/STJ, foi interposto o presente agravo, tendo o recorrente apresentado argumentos visando rebater os fundamentos da decisão agravada.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

A irresignação merece prosperar.

Examinando hipóteses semelhantes, este Superior Tribunal tem entendido *que a natureza da obrigação em comento é ilíquida, pois somente após se definir qual a correta base de cálculo do adicional de insalubridade é que será possível determinar os respectivos valores devidos* (AREsp 1.499.310-AL, Rel. Min. SERGIO KUKINA, julgado em 30/05/2019).

Por conseguinte, considerando a obrigação em comento como ilíquida, os juros de mora são devidos a partir da citação, nos termos do art. 240 do CPC e art. 405 do CC, sobretudo tendo em vista que o REsp 1.356.120/RS, sufragou o entendimento segundo o qual o art. 1º-F da Lei m. 9.494/1997, com redação da Lei n. 11.960/2009, não modificou o termo inicial de Administração ao servidor público, aplicando-se, consequentemente, as regras constantes dos art. 219 do CPC e 405 do CC, os quais estabelecem a citação como marco inicial da referida verba.

A propósito:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL VIOLADO. SÚMULA 284/STF. SERVIDOR PÚBLICO. OBRIGAÇÃO ILÍQUIDA. ART. 1º-F DA LEI 9494/97. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. PRECEDENTES.

1. No que diz respeito ao pedido de cassação do acórdão recorrido para declarar o direito das autoras ao recebimento das diferenças apuradas nos cinco anos anteriores a propositura da ação sem o decote dos 57 dias, a agravante não amparou o inconformismo na violação de qualquer lei federal. Dessarte, a ausência de indicação do dispositivo legal tido por violado implica deficiência de fundamentação do recurso especial, atraindo a incidência, por analogia, da Súmula 284/STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.").

2. Nos termos da jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de

Superior Tribunal de Justiça

Justiça, o termo a quo de incidência dos juros moratórios/correção monetária sobre as obrigações ilíquidas devidas pela Administração ao servidor público, aplica-se, conseqüentemente, as regras constantes dos arts. 219 do CPC e 405 do Código Civil, os quais estabelecem a citação como o marco inicial da referida verba. Precedentes.

3. Ressalta-se que a questão afetada à Primeira Seção do STJ, aguardando o julgamento dos Recursos Especiais repetitivos 1.492.221/PR, 1.495.144/RS e 1.495.146/MG (DJe de 11/11/2014) de Relatoria do Ministro Mauro Campbell Marques, vinculados ao Tema 905 desta Corte, limita-se a aplicabilidade do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/2009, em relação às condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza, para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora. Não se discute o termo inicial da incidência dos juros de mora e correção monetária. Agravo interno improvido. (AgInt no REsp 1362981/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/08/2016, DJe 31/08/2016)

Ante o exposto, com esteio no art. 259, §6º, do RISTJ, reconsidero a decisão agravada e, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator